

## **A POSSIBILIDADE JURÍDICA DA ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS**

*Por: Glaucia Laucia Fernanda Valério*

O presente trabalho discute a possibilidade jurídica da adoção de crianças e adolescentes por casais homoafetivos. Através de um estudo sobre a atual concepção de família, bem como as transformações pelas quais sofreu e ainda sofre de acordo com a evolução da sociedade; fazendo-se um breve estudo sobre a homoafetividade ao longo da história da humanidade, e também abordando a questão da união entre casais do mesmo sexo; utilizando-se dos princípios constitucionais da igualdade, da dignidade da pessoa humana, da afetividade, do direito à livre orientação sexual, além da análise pormenorizada do Estatuto da Criança e do Adolescente, demonstra-se não existir nenhuma vedação legal à adoção pelo casal homoafetivo. Desmistifica-se a idéia de que a orientação sexual dos pais homoafetivos irá influenciar na sexualidade dos filhos. Comprova-se que a convivência com o casal homoafetivo não traz nenhum prejuízo à criança ou adolescente. Além disso, questiona-se qual a melhor solução para a criança ou adolescente institucionalizado: ser inserida nesse novo modelo de família, caso sejam preenchidos os requisitos do ECA ou permanecer abrigada, alheia ao convívio familiar? Através desse questionamento se discorre sobre o direito das crianças e adolescentes de terem um convívio familiar e comunitário, direito este garantido pela própria Constituição Federal, e que é violado no momento em que não se defere a adoção ao casal homoafetivo somente em razão da sexualidade destes. Busca-se, acima de tudo, fazer com que todos reflitam sobre os preconceitos existentes em relação aos homossexuais. Chama a atenção para o fato de que o direito não deve servir de ferramenta para a propagação desses preconceitos, mas sim o contrário: deve erradicá-los. Para melhor compreensão do tema, o presente trabalho foi dividido em quatro capítulos. O primeiro tratou sobre a família e suas transformações; o segundo abordou a questão da homoafetividade; o terceiro tratou especificadamente da adoção, abordando todos os requisitos legais para seu deferimento. Por último, foi exposto sobre a possibilidade jurídica da adoção por homoafetivos, demonstrando-se a inexistência de vedação legal, bem como os benefícios dessa adoção para os menores institucionalizados. Para a elaboração do presente trabalho foi utilizado o método teórico-empírico e teve como subsídios: pesquisas bibliográficas, consulta a artigos, publicações e demais legislações pertinentes ao tema proposto.

**Palavras-chave:** Adoção. Adoção por homoafetivos. Possibilidade jurídica. Família. Criança e adolescente.